



Adesão automática de consumidor a Cadastro Positivo segue para sanção

O principal objetivo da proposta é incentivar os bancos a aplicar juros menores aos bons pagadores. O texto cria garantias para privacidade e segurança de dados sobre os consumidores

O Plenário aprovou ontem mudanças nas regras do Cadastro Positivo, instrumento criado em 2011 para listar adimplentes, contrapondo-se a bancos de dados sobre crédito como os do Serasa e do SPC, que registram maus pagadores. O texto aprovado, que vai

para a sanção presidencial, foi o do substitutivo da Câmara a projeto do Senado.

O objetivo é incentivar que bons pagadores tenham acesso a juros menores. Serão responsáveis solidários se houver dano moral ao consumidor o banco de dados, a fonte da informação e quem fez a consulta. **3**



Estímulo ao crédito e pauta feminina foram assuntos debatidos ontem na sessão conduzida por Antonio Anastasia

Waldemir Barreto/Agência Senado

Tiroteio em escola reacende debate sobre armas

No Plenário de ontem e na Comissão de Constituição e Justiça, senadores manifestaram solidariedade às famílias das vítimas do tiroteio em uma escola em Suzano (SP), que deixou pelo menos 10 mortos e 11 feridos. O debate se dividiu entre os que defendem a posse de armas como garantia da defesa da população e os que são contra, por considerar que armar a população aumentaria a violência. **4**



A escola em Suzano (SP) onde dois jovens mataram oito pessoas e se suicidaram

Google Maps

CPI de Brumadinho convoca dirigentes da mineradora Vale

A comissão de inquérito que apura as causas do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), aprovou ontem a convocação do presidente da em-

presa, Fabio Schwartzman, afastado provisoriamente do cargo, e do presidente em exercício, Eduardo Bartolomeo. Eles serão os primeiros a serem ouvidos pela CPI. **8**



Rose de Freitas foi eleita ontem para presidir a comissão de inquérito

Pedro França/Agência Senado

Plenário homenageia hoje imigração italiana

Uma sessão especial do Senado vai celebrar hoje o Dia do Imigrante Italiano, que foi comemorado em 21 de fevereiro. O Brasil foi um dos países que mais receberam imigrantes da Itália. Estima-se que,

entre 1860 e 1960, mais de 1,5 milhão de italianos tenham vindo para o país. Cerca de 10% da população brasileira tem origem italiana, segundo estudo do sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE. **2**



Entre 1860 e 1960, calcula-se que cerca de 1,5 milhão de imigrantes italianos tenham vindo para o Brasil

Guilherme Góes

Desviar recursos da merenda poderá agravar crime de peculato

Proposta, que deve seguir para análise da Câmara dos Deputados, também inclui os desvios na saúde e em programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Pena prevista é de 4 a 14 anos de prisão, mais multa. **5**

SUS deverá ter custos ressarcidos por agressores **3**

Para presidente da Sudeco, órgão tem de se reinventar **6**

Comissão lança relatório sobre barragens **8**

Senado faz homenagem em Plenário à imigração italiana

A vinda de italianos para o Brasil, que ocorreu sobretudo entre 1860 e 1960, será lembrada hoje em sessão especial para celebrar o Dia do Imigrante Italiano, que foi comemorado em 21 de fevereiro

O SENADO FAZ hoje, às 15h, uma sessão especial destinada a homenagear o Dia do Imigrante Italiano, que foi comemorado em 21 de fevereiro. O pedido foi apresentado por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e contou com o apoio de Tasso Jereissati (PSDB-CE), Rose de Freitas (Pode-ES), Jorge Kajuru (PSB-GO), Eliziane Gama (PPS-MA) e Nelsinho Trad (PSD-MS).

O Brasil é um dos países que mais receberam imigrantes italianos, principalmente entre 1860 e 1960. Estima-se que mais de 1,5 milhão de italianos vieram para o país. Segundo pesquisa do sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE, aproximadamente 10% da população brasileira é de origem italiana. Segundo a embaixada italiana no Brasil, em 2013 havia aproximadamente 30 milhões de descendentes de italianos no Brasil.

As guerras da unificação italiana, principalmente contra a Áustria, e a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais levaram quase 24 milhões de italianos a saírem para diversos países.

Com a proibição da importa-

ção de escravos para o Brasil e a Abolição da Escravatura (Lei Áurea, de 1888), os fazendeiros brasileiros buscaram uma nova fonte de mão de obra para suas plantações.

Grandes campanhas foram realizadas incentivando a vinda, para as lavouras, de imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e japoneses. Mas em vários casos as condições de trabalho eram tão ruins que o governo da Itália, em 1902, emitiu o Decreto Prinetti, proibindo a emigração de italianos que, tendo a viagem paga pelo empregador, contraissem dívida com ele.

A partir daí, o fluxo de imigrantes, que chegou a mais de 1 milhão de pessoas entre 1884 a 1903, reduziu-se gradativamente. Entretanto, as condições de vida na Itália eram tão ruins que o fluxo migratório nunca se interrompia. O processo de industrialização na capital paulista empregou milhares de italianos.

Além do Brasil, os países que mais receberam imigrantes italianos no período de 1870 a 1970 foram os Estados Unidos (5,6 milhões), a França (4,1 milhões), a Suíça (3 milhões), a Argentina (2,9 milhões) e a Alemanha (2,4 milhões).



Imigrantes italianos em SP: estima-se que 1,5 milhão vieram para o país

Sessão especial celebra 98 anos da *Folha de S.Paulo*

O Senado homenageia hoje em sessão especial, às 9h, a pedido de Kátia Abreu (PDT-TO), os 98 anos da *Folha de S.Paulo*, completados no dia 19 de fevereiro.

A sessão também vai homenagear o diretor de redação

da *Folha*, Otavio Frias Filho, falecido aos 61 anos, em 2018, vítima de câncer.

No requerimento, Kátia Abreu destacou a importância do veículo de comunicação para a democracia brasileira.

“Celebrar os 98 anos do

Grupo Folha é incentivar a produção de conteúdo qualificado e livre de modo a estimular o empreendedorismo, a inovação, novos paradigmas, o desenvolvimento e a liberdade de expressão, essenciais para a democracia do Brasil”, diz.

Plínio defende imposto menor sobre alimentos

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu ontem uma redução nos impostos incidentes sobre alimentos. Para o senador, o Brasil cobra as maiores taxas e a população mais pobre é a mais penalizada.

— Constate-se este absurdo: o Brasil, com uma imensa produção de alimentos e uma população pobre, cobra do pobre 22,5%, enquanto a Alemanha fixa imposto médio de 7% sobre a comida, e a França, 5%. Trata-se de um equação simples: menos impostos, como eu defendo, significa mais dinheiro no bolso, mais consumo, mais produção e mais emprego.

Alvaro propõe democratização de campanha eleitoral

Alvaro Dias (Pode-PR) detalhou ontem proposta dele que tem o objetivo de democratizar do uso dos veículos de comunicação durante a campanha eleitoral. O PL 1.329/2019, estabelece normas para regular debates, entrevistas e coberturas sobre a campanha.

— Na última eleição, ficou flagrante a desigualdade. Estabeleceu-se o critério da preferência aleatoriamente, embora haja na legislação um dispositivo que assevere que as oportunidades devem ser iguais, que os veículos de comunicação não podem oferecer espaços diferenciados.

Coronel lamenta fechamento de fábrica da Ford

Angelo Coronel (PSD-BA) mostrou-se preocupado com o fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP). Ao afirmar, ontem, que 3 mil pessoas ficarão desempregados, mostrou também preocupação com a possibilidade de fechamento de outra fábrica da Ford, instalada em Camaçari (BA).

— A fábrica começou a operar em 2001, transformando a região. Qualquer ameaça aos incentivos para que a fábrica se sustente em Camaçari é muito mais do que uma ameaça à Ford, é uma ameaça a mais de 7,7 mil pais e mães de família.

Comissão sobre Previdência Social deve ser instalada hoje

A comissão especial do Senado que acompanhará o andamento da reforma da Previdência poderá ser formada hoje. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, confirmou que, assim que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados fosse instalada, reuniria os líderes partidários do Senado para receber as indicações e instituir a comissão especial de acompanhamento da PEC 6/2019.

Como os deputados instalaram a CCJ na noite de ontem, a previsão é de que a comissão do Senado também seja instalada.

Davi disse ainda que o

comparecimento de governadores e prefeitos ao Senado para discutir o pacto federativo não interferirá no processo. Ele avaliou que o tema poderá ser debatido pelos senadores, enquanto a Câmara se dedica à reforma da Previdência.

— O pacto federativo é uma discussão que estados e municípios debatem há muitos anos. Recursos têm que estar onde estão as necessidades das pessoas: nas cidades, nas ruas, nos bairros, nos estados. A União concentra a arrecadação, e a discussão do pacto é justamente para definir essa distribuição.

Proibição de casamento para menor de 16 anos é sancionada

Foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro a lei que proíbe o casamento de menores de 16 anos. A Lei 13.811 foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* e entra em vigor imediatamente.

O projeto da lei, de autoria da ex-deputada Laura Carneiro (PLC 56/2018), foi aprovado pelo Senado em fevereiro.

O Código Civil (Lei 10.406, de 2002) prevê a possibilidade na qual pais ou responsáveis de jovens com 16 e 17 anos podem autorizar a união. O novo texto estabelece que “não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil”. A legislação anterior admitia o casamento em caso de gravidez ou para evitar imposição ou cumprimento

de pena criminal, já que ter relações sexuais com menores de 14 anos é crime com pena que vai de 8 a 15 anos de reclusão. Apesar de o Código Penal não prever mais a extinção da pena com o casamento, a menção a essa situação não havia sido revogada no Código Civil.

O Brasil é o quarto país em números absolutos com mais casamentos infantis no mundo: 36% da população feminina se casa antes de completar os 18 anos. Levantamento do Banco Mundial, de 2015, aponta que o número de matrículas de meninas no ensino secundário e o coeficiente de emprego das mulheres são mais altos onde a idade legal para elas se casarem é 18 anos ou mais.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CDH Pessoa com deficiência
9h O PLS 402/2018, sobre adaptação de prédios, equipamentos públicos e serviços à pessoa com deficiência, é um dos 6 itens.

SESSÃO ESPECIAL *Folha de S.Paulo*
9h Comemoração dos 98 anos da *Folha de S.Paulo*.

CRE Embaixador
10h Sábatina de indicado para o Paquistão.

CMA Barragens
11h Debate sobre segurança de barragens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa
11h A PEC 25/2017, sobre pessoas com deficiência, deve passar pela segunda sessão de discussão em segundo turno.

SESSÃO ESPECIAL Imigração italiana
15h Comemoração do Dia do Imigrante Italiano.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** senado.leg.br/TV

Senadores lamentam tragédia em escola de Suzano

O tiroteio, que deixou mortos e feridos, foi tema de diversos discursos na sessão plenária de ontem. Parlamentares se solidarizaram com as famílias das vítimas e se dividiram sobre a possibilidade de facilitar o acesso a armas

NO INÍCIO DA sessão plenária de ontem, senadoras e senadores se revezaram na tribuna para lamentar a tragédia ocorrida na Escola Estadual Professor Raul Brasil em Suzano (SP), onde dois jovens encapuzados entraram atirando, matando ao menos oito pessoas. Os dois atiradores cometeram suicídio, totalizando em dez o número de mortos no massacre. Há ainda, pessoas feridas no hospital.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse que o dia estava triste e que a tragédia o deixava sem energia. Lasier Martins (Pode-RS), além de lamentar as mortes, manifestou solidariedade às famílias das vítimas.

Para Humberto Costa (PT-PE), as mortes em Suzano podem reacender a discussão sobre o controle das armas. Ele lamentou a tragédia e criticou o governo, que defende mais acesso às armas por parte do cidadão comum.

A senadora Eliziane Gama (PPS-MA), ao lamentar o massacre, comentou a “forma extremamente cruel” com que os atiradores agiram. Ela pediu uma reflexão sobre o uso das armas e cobrou que o governo deixe de lado “a sanha armamentista”. Flávio Arns (Rede-PR) manifestou solidariedade aos familiares e amigos das vítimas. Ele disse que é tempo de refletir e pensar em várias coisas, para que o país tenha as condições de uma

sociedade sem ódio.

Pelo Twitter, muitos senadores também comentaram a tragédia. Jorginho Mello (PR-SC) apresentou “sentimentos aos familiares”. Ele disse que o momento é de dor e que “não há como explicar a brutalidade do se tirar a vida de crianças”. Otto Alencar (PSD-BA) se disse chocado e triste. Para o senador, uma tragédia dessa natureza “corta o coração de todos nós que nunca imaginamos ver um horror desse no ambiente escolar”.

Para Omar Aziz (PSD-AM), trata-se de um dia para se lamentar. Ele disse desejar que Deus conceda a paz a todos. Segundo Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), “é preciso discutir, com responsabilidade e ponderação, a facilidade para o acesso às armas que o governo concede, por decreto”. Eduardo Braga (MDB-AM), Marcelo Castro (MDB-PI) e Rodrigo Cunha (PSDB-AL) também lamentaram o ocorrido em Suzano. Para Cunha, é inaceitável que “crianças e adolescentes não estejam seguros dentro das salas de aula”.

A senadora Leila Barros (PSB-DF) apresentou solidariedade aos professores, amigos e familiares das vítimas. E ressaltou que “para que o massacre de Suzano não se repita, é preciso retirar lições da tragédia”.

Pelo Twitter, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) manifestou solidariedade a todos os familia-



O tiroteio na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano (SP), deixou pelo menos dez mortos, entre estudantes, funcionários e os dois atiradores, que se suicidaram

res. Na opinião do senador, essa é “mais uma tragédia protagonizada por menor de idade e que atesta o fracasso do malfadado Estatuto do Desarmamento, ainda em vigor”. De acordo com a polícia, uns dos atiradores tinha 17 anos e o outro, 25 anos.

Major Olímpio (PSL-SP) disse se sentir “derrotado” com a tragédia, que mostraria “a necessidade da redução da maioria penal”.

Pelo Twitter, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) manifestou solidariedade a todos os familia-

res. Na opinião do senador, essa é “mais uma tragédia protagonizada por menor de idade e que atesta o fracasso do malfadado Estatuto do Desarmamento, ainda em vigor”. Em resposta, Randolfé Rodrigues (Rede-AP) afirmou que armar todos nas escolas não é solução para a questão da violência e que, dessa forma, o massacre poderia ter sido ainda maior.

Por nota, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, lamentou

o ataque, solidarizou-se com as famílias das vítimas e disse esperar que as causas sejam descobertas.

Mais tarde, ao ser indagado por jornalistas se uma possível ampliação do porte e da posse de armas poderia permitir o aumento de tragédias, Davi afirmou que os brasileiros sentem-se inseguros em suas casas e que o Estado não está tendo condições de garantir tranquilidade.

— Cada tema específico dessa pauta [da segurança] será debatido a partir do momento em que esse conjunto de proposições for unificado. A questão do porte, a questão das penas e da modernização da legislação penal serão debatidas em conjunto. Não podemos tratar um fato isolado em relação a matérias que estão tramitando. Então vamos juntá-las, e as comissões e o Plenário vão definir — afirmou.

Ataque repercute em reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Ao tomarem conhecimento da tragédia na escola em Suzano (SP), durante a reunião de ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadores dedicaram parte de seus discursos para se solidarizar com as famílias das vítimas e ressaltaram a urgência do debate sobre flexibilização da posse e do porte de armas.

Para o senador Alessandro Vieira (PPS-SE), a cultura da violência está na raiz dessas tragédias.

— Estamos importando para o Brasil uma cultura de violência gratuita. Isso não começou hoje, não começou agora, mas vem sendo agravado paulatinamente, especialmente pelo ambiente que tivemos na última disputa eleitoral. Precisamos resgatar no Brasil o que sempre tivemos, que é um ambiente de maior possibilidade de discussão harmônica entre pessoas que se opõem por algum motivo — apontou.

Na avaliação de senadores como Fabiano Contarato (Rede-ES) e Rogério Carvalho (PT-SE), facilitar o acesso a armas de fogo, como prevê o Decreto 9.685, de 2019, editado pelo presidente

Jair Bolsonaro, pode aumentar a incidência de episódios violentos como o ocorrido em Suzano. Eles defendem a aprovação do projeto de decreto legislativo que susta a medida (PDL 23/2019). A proposta está em análise na CCJ.

Mecias de Jesus (PRB-RR) e outros parlamentares consideraram que o decreto e a derrubada do Estatuto do Desarmamento (que mudou as regras para porte e posse de armas em 2003) são fundamentais para assegurar aos cidadãos o direito de se proteger. Para eles, o tiroteio demonstra o fracasso da política desarmamentista.

Outros senadores, como Espiridiano Amin (PP-SC) e Oriovisto Guimarães (Pode-PR), disseram que é cedo para tirar conclusões sobre a tragédia. Mas todos concordaram que o tema da violência merece a atenção da CCJ.

A presidente do colegiado, Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que a comissão continuará discutindo a questão da segurança. E lembrou que o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, debaterá o tema no Senado, no dia 27.

Para Simone, excesso de tecnologia acaba com inocência infantil

Ao lamentar a morte de alunos e funcionárias da Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP) ontem, Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que a inocência das crianças tem sido comprometida pelo excesso da tecnologia. Ela referiu-se à exposição da privacidade, ao uso de *fake news*, às vinganças pornográficas e outros crimes por meio das redes sociais que, na opinião da senadora, “transmitem o engenho da morte”.

— As crianças são um diamante bruto. Basta lapidarmos e fazermos dessas crianças seres humanos éticos, responsáveis, cidadãos, ao contrário do que hoje a sociedade no Brasil e no mundo faz com essas crianças, dilapida a sua inocência. O tempo que se perde, o tempo precioso da primeira infância, onde se pode construir um verdadeiro cidadão, em vez de lapidarmos, estamos dilapidando, estamos estragando a inocência das nossas crianças. Estamos entregando a essas crianças, através do excesso da tecnologia, um mundo que não é real.

“Temos que dar um basta no ódio”, diz Paim sobre massacre

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que a sociedade e os Poderes da República precisam se mobilizar pela propagação de uma cultura de paz e de amor contra o ódio e a violência. O senador lamentou o ataque em Suzano (SP) e se solidarizou com as vítimas, familiares e a comunidade escolar. Para ele, os recentes crimes, tragédias e atos de violência refletem “o que é o Brasil hoje” ao fazer um alerta sobre a propagação de mensagens de ódio, inclusive pelas redes sociais.

— Será que a nossa sociedade está doente, sem rumo e sem direção? Será que o inconsciente coletivo do país assimilou o ódio, a violência que hoje impera nas redes sociais? Eu recebo *fake news* com ataque a qualquer um de nós, e os conheço, não vou citar nome de ninguém. É algo inacreditável que nos dias de hoje alguém possa dizer do outro sem poder responder, inspirando a política de ódio.

Humberto afirma que falta competência ao governo Bolsonaro

Humberto Costa (PT-PE) criticou o governo do presidente Jair Bolsonaro a quem acusou de falta de competência para a formatação de uma pauta prioritária que contribua para o equacionamento dos problemas nacionais. O senador apontou como maiores problemas a estagnação econômica, o desemprego e o avanço da pobreza.

— Este atoleiro em que o Brasil está metido há mais de 70 dias tende a se agravar com a forma absolutamente atabalhoada com que o Planalto toca as suas relações com este Congresso Nacional. A paralisia que toma conta do país também se reflete na nossa agenda legislativa, dada a ausência de projetos substanciais do Poder Executivo para assumir as rédeas daquilo que lhe cabe: governar.

Humberto Costa criticou projetos encaminhados ao Congresso por Bolsonaro, como o pacote anticrime e a reforma da Previdência.



Desvio de merenda poderá ser agravante de peculato

Foi aprovada ontem por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), proposta que torna o desvio de recursos da merenda escolar, da saúde e de programas de transferência de renda como o Bolsa Família agravantes do crime de peculato — quando o funcionário público se apropria de dinheiro ou de bens públicos ou particulares, em função do cargo. A pena prevista pelo projeto é de 4 a 14 anos de prisão, mais multa.

O PLS 216/2015, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), foi votado em caráter terminativo pela CCJ e seguirá para a Câmara dos Deputados se não for apresentado recurso para análise pelo Plenário.

Pelo texto do senador, seriam tornados agravantes de peculato os desvios de recursos do programa Bolsa Família, da merenda escolar ou de ações de educação alimentar em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias.

— Roubar essas famílias em situação de extrema pobreza é retirar todo o sonho de sobrevivência e de uma vida mais digna — defendeu Rocha.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), alterou a redação para incluir qualquer programa de transferência de renda, e não apenas o Bolsa Família. Para ele, também é necessário incluir nesse rol o desvio de recursos às ações de saúde, que não estava na proposta original. Foi retirada



Simone comandou a votação ao lado do vice-presidente da comissão, Jorginho Mello

do texto a inclusão dos desvios entre os crimes hediondos.

— O alargamento descuidado e pouco criterioso da lista de crimes classificados como he-

diondos jogará essa categoria no lugar-comum, retirando-lhe o caráter de excepcionalidade que justifica o rigoroso regime de cumprimento de pena.

Projetos de segurança devem ser avaliados em conjunto na CCJ

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou que conversou com líderes partidários e com a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), para que o colegiado agrupe os projetos de acordo com os temas segurança, saúde e educação, a fim de que possam tramitar em conjunto.

— Os senadores Major Olímpio [PSL-SP] e Alessandro Vieira [PPS-SE] têm cobrado insistentemente que o Senado tenha um papel de protagonista na questão da segurança pública. Com a decisão de unificar as matérias, vamos poder nos

debruçar em cima de algo concreto, pois falar sobre segurança pública, falamos todo dia, mas precisamos saber de fato qual é a pauta que os senadores vão discutir e quais as proposições prontas para serem votadas na CCJ e no Plenário — explicou.

Segundo ele, os assuntos específicos serão debatidos assim que o bloco de proposições de cada um dos três temas for unificado. No caso da segurança, por exemplo, devem ser discutidos em conjunto assuntos como porte de armas, aplicação de penas e atualização da legislação penal.

Proposta viabiliza pagamento de bônus aos peritos do INSS

O governo enviou ao Congresso duas propostas para alteração das leis orçamentárias. Entre os objetivos das medidas, estão possibilitar o pagamento de bônus aos peritos médicos, previsto em medida provisória, e fazer com que o ministro da Economia, Paulo Guedes, passe a concentrar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários. As propostas serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, depois, em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

O primeiro projeto (PLN

1/2019) altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e possibilita medidas para a renovação da frota de veículos blindados da Presidência da República e para a compensação de recursos à disposição de órgãos do Judiciário.

O bônus de perícia está previsto na MP 871/2019, que altera regras de concessão de benefícios previdenciários. O segundo projeto (PLN 2/2019) prevê que os recursos para o pagamento, no valor de R\$ 223,8 milhões, virão do cancelamento de despesas antes previstas para criação e provimento de cargos e funções.

Comissão aprova inquérito policial eletrônico

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão final, o projeto que cria o inquérito policial eletrônico, com peças assinadas digitalmente. O texto (PLS 128/2018), do senador Elmano Férrer (Pode-PI), segue agora para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise em Plenário.

Segundo Elmano, ao trazer o inquérito policial para o meio digital, o objetivo foi tornar mais barato, fácil e rápido armazenar, copiar, encontrar, pesquisar e transmitir documentos. O senador acredita que essa mudança vai contribuir para a celeridade, a economia e a eficiência no trabalho das polícias e no intercâmbio de informações.

O relator, Humberto Costa (PT-PE), também concorda que o inquérito policial eletrônico — dirigido pelo delegado de polícia — deverá agilizar o encaminhamento de providências junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

“A expectativa é de que a sua devolução às delegacias

de polícia seja extremamente simples e rápida e a um custo bem menor, pois não será mais necessário destacar agentes de polícia, ocupar viaturas policiais ou mobilizar servidores do Judiciário e do Ministério Público para a entrega e o recebimento de inquéritos nos referidos órgãos”, declarou.

Processo Penal. A segunda, inspirada em emenda do ex-senador Garibaldi Alves Filho, estabeleceu que a assinatura digital dos documentos respeitará o padrão de infraestrutura de chaves públicas brasileira (ICP-Brasil).

O relator também acrescentou que as polícias judiciárias, a Defensoria Pública, o MP e o Judiciário terão prazo de um ano — contado a partir da vigência de lei a ser gerada pelo projeto — para aderir ao sistema.



Para Elmano, mudança trará celeridade, economia e eficiência ao trabalho das polícias

Telmário destaca atuação do Exército na defesa do país

Telmário Mota (Pros-RR) destacou ontem a atuação das Forças Armadas na execução de ações que colaboram com o fortalecimento da defesa. O senador citou as contribuições do Exército na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), iniciativas aprovadas pelo Congresso.

— O Exército, face às imposições surgidas nessa estratégia, decidiu que seu processo de transformação seria baseado em iniciativas de médio e de longo prazo, atualmente suportadas por um amplo portfólio de programas estratégicos, como o Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), destinado ao monitoramento e à vigilância da faixa de fronteiras, o Guarani, destinado à construção, no Brasil, de uma nova família de viaturas blindadas, e a defesa cibernética, voltada para o desenvolvimento da capacidade de proteção aos ativos de informação contra as ameaças cibernéticas.

Girão defende que Justiça Federal julgue corrupção e caixa dois

Eduardo Girão (Pode-CE) defendeu em Plenário, na terça-feira, a competência da Justiça Federal para julgar os crimes de caixa dois em campanhas eleitorais. O senador destacou a importância de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que decidirá se crimes comuns, cometidos em conjunto com crimes eleitorais, devem ser julgados pela Justiça Federal ou encaminhados à Justiça Eleitoral.

De acordo com Girão, todo o país está em alerta para a decisão, da qual depende a continuidade da Operação Lava Jato, de combate à corrupção e à impunidade.

— Tudo o que foi construído no passado recente em termos de combate à corrupção, incluindo a prisão de políticos e empresários, está em jogo. Para os procuradores da República, responsáveis pela Lava Jato, as investigações em curso estão seriamente ameaçadas.



Sudeco precisa se reinventar, afirma dirigente

Presidente do órgão de desenvolvimento do Centro-Oeste, Marcos Derzi disse que, com a limitação orçamentária, é preciso priorizar áreas de retorno rápido e investimento mais baixo

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o presidente da Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Marcos Derzi, lamentou as restrições orçamentárias e disse que o órgão terá de se reinventar.

Segundo ele, 90% dos recursos da Sudeco são provenientes de emendas parlamentares. No final do ano passado, contou, foram disponibilizados cerca de R\$ 60 milhões, “o que não é nada para os 466 municípios da região”. E não havia projetos sobre como alocar o dinheiro. Tomou-se a decisão de comprar máquinas, tratores e caminhões para 100 cidades.

— Temos trabalhado numa reestruturação do órgão. Precisamos nos reinventar e fazer mais com menos, porque os recursos são poucos — disse.

Para Derzi, a aquisição de maquinários e veículos é relevante, mas insuficiente na adoção de um modelo de desenvolvimento para a região. No entanto, a maior parte das emendas parlamentares é direcionada justamente para a compra de maquinário ou para obras de pavimentação.

O diretor afirmou que a Sudeco tem estudado a situação das regiões economicamente estagnadas do Centro-Oeste, buscando detectar potencialidades de retorno rápido com investimentos relativamente baixos. A nova orientação busca evitar que o órgão “continue jogando dinheiro pelo ralo”.

Como exemplo de investimento bem-sucedido na nova filosofia de trabalho, ele mencionou o aporte de R\$ 400 mil numa cooperativa de polpa de frutas na Cidade de Goiás, que estaria gerando lucro de R\$ 1 milhão por mês.

A Sudeco é também uma das administradoras do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), que possui fonte própria de recursos, junto com o Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Regional.

O diretor do banco para o FCO, Enio Mathias Ferreira, informou que o orçamento

do fundo para 2019 é de R\$ 9,2 bilhões. Menos que no ano passado, quando aportes chegaram a R\$ 9,4 bilhões. Desse montante, o Distrito Federal ficou com 7,2% dos recursos; Goiás, com 33,5%; Mato Grosso do Sul, com 24% e o Mato Grosso, com 34,9%.

O diretor de Planejamento da Sudeco, Roberto Posti-

glione, também participou da audiência. Ele destacou que o órgão tem investido com bons resultados nas cadeias produtivas da erva-mate, de frutas e de equipamentos para a indústria de Defesa.

Também está em andamento a consolidação de um parque tecnológico em Ponta Porã (MS).



Derzi fala sobre a Sudeco na Comissão de Desenvolvimento Regional, observado pelo senador Izalci Lucas

Comissão avaliará potencial de pequenas centrais

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou, ontem, a realização de audiência pública para discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento das pequenas centrais hidrelétricas. A data da audiência, proposta pelo presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO), ainda será definida. Na mesma reunião, a CCT aprovou o convite para que o presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Leonardo Euler de Moraes, apresente as ações previstas para os próximos anos. O requerimento foi feito pelo senador Chico Rodrigues (DEM-RR).

Para a audiência sobre pequenas unidades de energia, devem ser convidados o presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas, Paulo Arbex, e o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior.

Vanderlan acredita que o

potencial das pequenas centrais hidrelétricas (PCH) deve ser avaliado. Por essa razão, disse não entender por que as licenças para o funcionamento dessas unidades são, às vezes, mais demoradas do que as licenças para usinas termelétricas, poluentes.

— O Brasil não precisa pagar energia cara. Vamos conhecer, saber o potencial do Brasil nessa área, investir e usar a energia termosolar também.

Linhão

A sugestão de incluir representante da Eletrobrás na audiência foi feita por Paulo Rocha (PT-PA). O senador disse que, para reduzir custos e melhorar o aproveitamento energético nacional, é preciso desenvolver o potencial de cada região e resolver os gargalos de infraestrutura.

— Algumas regiões têm um grande potencial de produção, mas não há o linhão próximo que ligue a PCH ao sistema unificado. Nesse caso o investi-

mento não precisa ser na PCH, mas no linhão. Tem usinas no Nordeste de geração eólica que estão paradas porque não há linhão. Por isso precisamos ouvir a Eletrobrás — destacou.

Radiodifusão

Em votações terminativas, a CCT renovou a autorização de funcionamento das rádios comunitárias da Associação Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D’oeste, em Mato Grosso (PDS 91/2017), e da Associação Comunitária Vida e Cidadania, em Icó, no Ceará (PDS 74/2018).

Também estão previstas mais duas audiências públicas: uma sobre as pesquisas feitas pelo Instituto Evandro Chagas, especializado em medicina tropical, e outra sobre os desdobramentos do Programa Minha Casa, Minha Vida nos próximos anos. O secretário nacional de Habitação, Celso Matsuda, deve ser convidado para a segunda.

Subcomissão pode ser criada para acompanhar Venezuela

A embaixadora da Venezuela, María Teresa Belandria, esteve no Plenário do Senado na terça-feira. Carlos Viana (PSD-MG) explicou que ela demonstrou preocupação de que o presidente encarregado, Juan Guaidó, seja preso nos próximos dias e de que a Assembleia Nacional do país possa ser dissolvida.

Na ocasião, ela foi informada de que a criação de uma subcomissão para acompanhar, em tempo integral, a situação na Venezuela está na pauta de hoje da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A intenção de criar o colegiado foi anunciada pelo presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), em fevereiro, após a visita de Guaidó ao Congresso brasileiro.

A reunião da CRE está marcada para as 10h. Segundo o requerimento, o cole-

giado terá cinco membros titulares e cinco suplentes e deverá atuar por um ano.

Nelsinho informou que a subcomissão deverá fazer uma reunião com lideranças parlamentares de diversos países, em campo neutro, com o objetivo de buscar uma solução para o impasse na Venezuela. O mais provável é que seja no Panamá, país sede do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (Parlatino). O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que se solidariza com o povo.

Também hoje, a CRE deve examinar requerimento de Soraya Thronicke (PSL-MS) para a realização de audiência sobre empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre 2003 e 2016 e sabatar o diplomata Olyntho Vieira, indicado para embaixador no Paquistão, Afeganistão e Tajiquistão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto que regulamenta marketing vai a Plenário

Aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais, proposta prevê que o profissional que atua na atividade tenha diploma de curso superior, mas garante os direitos a quem já trabalha na área

O **PROFISSIONAL DE marketing** precisará do diploma de nível superior na área para exercer a profissão. É o que estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLC 103/2017 recebeu parecer favorável do relator, Eduardo Gomes (MDB-TO), e agora segue para o Plenário.

O projeto regulamenta a atividade e permite que continuem a exercer a profissão os trabalhadores que comprovadamente já atuavam na área até a data de publicação da lei que resultar de sua aprovação. Também elenca deveres dos mercadólogos, como são

chamados os profissionais de marketing, que incluem, além do respeito às mais “rigorosas regras éticas e de responsabilidade social”, a garantia do sigilo das informações e o planejamento e a implementação de ações de mercado, com respeito ao Código de Defesa do Consumidor.

O texto define o profissional como responsável pelo planejamento e pela operacionalização de ações no mercado, com desempenho de atividades nos ambientes interno e externo de uma organização. Entre as atribuições da profissão, destacam-se planejamento e administração do endomarketing

organizacional (marketing institucional interno), educação e treinamento das lideranças, cooperação nos processos de produtividade organizacional e de qualidade, captação de recursos para a organização (via financiamento, parceria, patrocínio, apoio ou doação), definição do posicionamento organizacional e administração da carteira de clientes e dos planos de venda.

Para Eduardo, a proposta “pode colaborar para a eficácia e efetividade dos direitos, inclusive com a responsabilização dos profissionais que atuarem contra as garantias mínimas e a dignidade humana dos outros”.



Senador Romário (E) preside reunião em que foi aprovado o projeto que regulamenta a profissão de marketing

Comissão aprova debates sobre saúde e sindicatos

A extinção do Programa Mais Médicos deverá ser explicada pelo ministro da Saúde, Luiz Mandetta, em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Rogério Carvalho (PT-SE) é o autor do requerimento, aprovado ontem pela comissão. A CAS aprovou ainda requerimentos de audiências sobre prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer colorretal e sobre a convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa à liberdade sindical e à proteção do direito sindical.

Na justificativa do requerimento para ouvir o ministro, Rogério destacou que o governo federal anunciou o encerramento do Mais Médicos, criado em 2013, e sua substituição por outro programa. O senador cita informações dadas pela secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do ministério, Mayra Pinheiro, confirmando que não serão feitos novos editais após a última seleção. De qualquer modo, os médicos em atuação poderão continuar em seus postos de trabalho pelos três anos de duração do contrato.

A data da audiência pública ainda será agendada pela CAS. Na ocasião, o ministro também deverá abordar o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica

em serviços de saúde.

Mandetta também deverá ser convidado pela CAS para prestar informações sobre a política e diretrizes do Ministério da Saúde para os próximos anos. O requerimento para o convite foi apresentado pelo presidente do colegiado, Romário (Pode-RJ), e também foi aprovado nesta quarta. A data da audiência será marcada de acordo com a disponibilidade de agenda do ministro.

Sindicatos

O debate sobre a Convenção 87 da OIT foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS). O senador está à frente da relatoria na CAS do projeto de decreto legislativo que aprova o texto para o Brasil (PDS 16/1984) desde 2013. Na ocasião, elaborou parecer pela aprovação da proposta, que, no entanto, não chegou a ser votada. Seu entendimento, à época, era de que “a convenção tem por objeto a liberdade sindical. A liberdade de constituição de sindicatos, de trabalhadores e patronais, sem que em sua formação e seu funcionamento haja intervenção nem do Estado, nem dos empregadores nos sindicatos de trabalhadores”.

Dois anos depois, Paim reformulou seu parecer, recomendando a rejeição do projeto. Em 2015, ele avaliou

que “embora seja relevante em determinado contexto histórico e, talvez, em determinados países, a Convenção 87 não tem aplicabilidade no Brasil”.

Com o debate na CAS, Paim quer ouvir os senadores sobre o seu mais recente parecer, que rejeitou a aprovação da convenção com o argumento de que a Constituição de 1988 já lastreou a “estrutura normativa sindical” brasileira, ou resgatar o parecer de 2013, no qual a Convenção 87 da OIT era entendida como um mecanismo garantidor da liberdade sindical individual.

A data da audiência ainda será marcada.

Câncer de intestino

Com o debate sobre o câncer colorretal, a intenção da autora do requerimento, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é alertar a população para um tipo de câncer que é o segundo mais incidente em mulheres e o terceiro em homens. Ao justificar a proposta, a senadora destacou a campanha Março em Cores, que busca, desde 2017, alertar para os riscos do câncer colorretal, também conhecido como câncer de cólon e reto ou câncer do intestino grosso. A estratégia procura levar informação à população e empatia aos pacientes em processo de tratamento.

Criação do Diploma Cidade Acessível segue para a Câmara

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou na terça-feira projeto que cria no país o Diploma Cidade Acessível. Pelo texto (PLS 89/2017), o diploma será anualmente concedido às cidades mais bem avaliadas pelo IBGE no cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Lei 13.146, de 2015).

O projeto, de Ciro Nogueira (PP-PI), determina que a diplomação será concedida às dez cidades com mais de 20 mil habitantes mais bem classificadas nas seguintes categorias, quanto à acessibilidade: habilitação e reabilitação; saúde e assistência social; educação, cultura, esporte, turismo e lazer; moradia; e transporte e mobilidade.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), avalia que dar visibilidade às cidades mais inclusivas provocará impactos em setores estratégicos, como o turismo, além de, a longo prazo, funcionar como estímulo à ampliação das atividades do comércio e da indústria local.

— O mais relevante é incentivar as políticas determinadas na LBI, pois isso significará mais educação e cidadania. É fundamental que a população conheça os equipamentos e saiba utilizá-los. Em uma cidade acessível, sua população deve saber respeitar uma vaga para pessoa com deficiência, deve aprender a não estacionar em frente a rampas de acesso a calçadas ou a edifícios, bloqueando-os. A população deve saber entender e respeitar as marcas no piso e nas paredes destinadas às pessoas com deficiência visual, deve aprender a caminhar

sempre pelo lado direito nas calçadas e corredores. Num município acessível sua população deve ter ciência de que a Língua Brasileira de Sinais não é uma linguagem, mas sim um idioma, que pode ser aprendido como qualquer outro idioma — disse Paim.

O projeto foi aprovado em caráter terminativo, seguindo para a análise da Câmara.

Churrasco

Também foi para a Câmara relatório de Paulo Paim à proposta que concede ao município de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Brasileira do Churrasco (PLS 193/2018). O projeto é da ex-senadora Ana Amélia.

Foi aprovado ainda o requerimento do senador Marcos do Val (PPS-ES) para que a comissão comece a discutir a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cuja vigência termina em 2020.

— O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica, concentra 80% dos recursos destinados a este nível de ensino. Em 2018 o Fundeb passou de R\$ 140 bilhões. O fundo é a espinha dorsal do financiamento da educação e sua vigência termina no ano que vem. O tema é complexo e demanda discussões aprofundadas com cada estado — disse o senador.

Para atender a requerimento do senador Wellington Fagundes (PR-MT), o colegiado realizará em 12 de abril, em Cuiabá, seminário para comemorar os 300 anos da cidade.

Arns lembra Campanha da Fraternidade

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano, “Fraternidade e políticas públicas”, foi lembrado por Flávio Arns (Rede-PR) ontem.

— É um convite para que toda a sociedade possa se envolver na construção da cidadania, do bem comum, que são sinais visíveis de fraternidade. As políticas públicas são meios de garantir direitos fundamentais, como saúde, moradia, educação, cultura e trabalho — disse.

A campanha é promovida pela Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Kajuru pede investimento por metas na educação

A falta de investimento em educação prejudica o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE — Lei 13.005, de 2014), afirmou ontem Jorge Kajuru (PSB-GO).

O foco deve ser, disse o senador, aumentar os recursos do setor para que em 2024 — fim do prazo de vigência do plano — consiga-se chegar próximo de objetivos como universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas.

Roque de Sá/Agência Senado

Waldemir Bonetto/Agência Senado

Waldemir Bonetto/Agência Senado

CPI de Brumadinho convoca dirigentes da Vale

Comissão foi instalada ontem e escolheu Rose de Freitas como presidente, Randolfe como vice e Carlos Viana para relator. Senadores vão fazer diligências em barragens

NA SUA PRIMEIRA reunião, a comissão de inquérito que apura as causas do rompimento, em janeiro, de barragem de rejeitos tóxicos da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), escolheu a senadora Rose de Freitas (Pode-ES) como presidente. O vice-presidente será Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ambos foram eleitos por aclamação ontem.

A CPI de Brumadinho terá Carlos Viana (PSD-MG) como relator. A tragédia soterrou centenas de pessoas e destruiu o Rio Paraopeba. Os números oficiais apontam 201 mortos e 107 desaparecidos.

Os integrantes da CPI aprovaram a convocação do ex-presidente da Vale, Fabio Schvartzman, afastado provisoriamente do cargo, e do presidente em exercício, Eduardo Bartolomeo, que já respondia pela direção-executiva da mineradora. Eles serão os primeiros a ser ouvidos pela CPI. O requerimento é de Otto Alencar (PSD-BA) e Randolfe Rodrigues.

A CPI também já decidiu que fará diligências em cinco barragens de rejeitos de mineração cujas estruturas são

consideradas em estado crítico, uma delas localizada em Congonhas (MG). Também devem ser ouvidos os envolvidos que já prestaram depoimentos à força-tarefa que investiga a tragédia de Brumadinho.

Rose defendeu a reconstrução de instrumentos legais como forma de impedir a ocorrência de novas tragédias no setor da mineração. Randolfe afirmou que o episódio de Brumadinho constitui a maior catástrofe do tipo já registrada. — Só em Minas Gerais temos

pelo menos 300 barragens em situação similar. No Brasil, são 766, uma delas no Amapá, que está entre as cinco que se encontram em situação crítica, segundo dados do Ibama.

Crime hediondo

O vice-presidente da CPI cobrou da Câmara a aprovação imediata do PL 550/2019, já aprovado no Senado, que amplia o rigor para a segurança das barragens.

O projeto, explicou, proíbe a construção de barragem

com o chamado “alteamento a montante”, do tipo usado pela Vale em Brumadinho, qualifica como hediondo o crime ambiental com mortes, estabelece o afastamento imediato de dirigentes de empresas que tenham responsabilidade em crimes similares, e determina multa de R\$ 10 bilhões para a empresa que omitir dados à Agência Nacional de Mineração (ANM).

— A maior multa aplicada hoje é de R\$ 50 milhões. A Vale, uma semana antes da

tragédia, omitiu informações centrais da situação da barragem de rejeitos de minérios em Brumadinho. Hoje, pela legislação, a pena a ser aplicada à Vale é uma multa de R\$ 3.500. A maior homenagem às vítimas de Brumadinho é criar mecanismos para que, em definitivo, tragédias como essa não voltem a ocorrer no Brasil — afirmou Randolfe.

Fiscalização

Para Carlos Viana, a questão principal não é “acabar com a mineração no Brasil”, mas determinar que a atividade deverá ser feita com fiscalização do Estado.

— O Estado não pode permitir que o setor se autorregule. E devemos também tratar da divisão da riqueza, que não é adequadamente distribuída, e do ressarcimento de estados e municípios nas áreas atingidas.

Na avaliação de Eliziane Gama (PPS-MA), a catástrofe representa um “escárnio para a sociedade, diante da leniência de um Estado frouxo que não agiu como deveria agir na punição e na função de controle e fiscalização”.



Bombeiros trabalham na busca por desaparecidos em decorrência do rompimento da barragem ocorrido em janeiro

Comissão de Meio Ambiente debaterá segurança das barragens

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promove audiência hoje, Dia internacional da Luta contra as Barragens, para debater a segurança de barragens no Brasil. Para o autor do requerimento, senador Jean Paul Prates (PT-RN), as tragédias de Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais, evidenciam que as barragens como as que se romperam devem ser extintas

em todo o território brasileiro, como já dispõe a Resolução nº 4, de 15 de fevereiro de 2019, da Agência Nacional de Mineração (ANM), que determina extinção ou descaracterização, até 2021, das barragens chamadas “a montante”.

Nesse sistema, a barragem é elevada na forma de degraus conforme aumenta o volume dos rejeitos de mineração. A lama dispensada é formada

basicamente por ferro, sílica e água. É o método mais simples, mais barato e mais instável. Segundo o senador, existem 84 barragens a montante no país.

Participantes

Foram convidados para participar da audiência o diretor de projetos estratégicos do Ministério do Desenvolvimento Regional, Antônio Luitgard

Moura, o superintendente de fiscalização da Agência Nacional de Águas (ANA), Alan Vaz Lopes, o representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Iury Charles Paulino Bezerra, o defensor nacional de direitos humanos da Defensoria Pública da União (DPU), Eduardo Nunes de Queiroz, o conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Leandro

Scalabrin, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Carlos Bernardo Vainer e um representante da Agência Nacional de Mineração (ANM) a ser definido.

A audiência da CMA, que é presidida pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), está prevista para começar às 11h.

Lançado relatório sobre segurança na mineração

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) lançou ontem o relatório *Avaliação de Políticas Públicas — Política Nacional de Segurança de Barragens*, que tem como base documento apresentado por Elmano Férrer (Pode-PI) à comissão em dezembro do ano passado, um mês antes do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), que levou à morte e desaparecimento de mais de 300 pessoas.

— Volto a ressaltar o que eu disse em dezembro. Naquela ocasião, questionei quantas Marianas (referência à cidade em Minas Gerais onde houve o rompimento de uma barragem da Samarco em

2015, matando 19 pessoas) seriam necessárias para que o Estado brasileiro resolvesse cumprir seu papel. E que as empresas assumissem suas responsabilidades e os direitos das populações atingidas fossem respeitados. Mas admito que não esperava uma tragédia com a dimensão como houve em Brumadinho — disse.

A publicação, que pode ser acessada pela internet, aponta que faltam recursos para a manutenção, para obras de recuperação e para a fiscalização de equipamentos de segurança. Segundo o relatório, das 24 mil barragens cadastradas, 723 apresentam alto risco de acidentes e apenas 3% do

total foi vistoriado por órgãos fiscalizadores em 2017. Em 45 barragens, foi indicado algum comprometimento impactando a segurança. O texto mostra que em 2017 foram aplicados apenas R\$ 34 milhões em ações de manutenção e recuperação.

O presidente da CDR, Izalci Lucas (PSDB-DF), acredita que a publicação explicita a condição precária em que funciona a mineração.

— É um quadro crônico de deficiência na catalogação de barragens, de inexpressiva fiscalização e de pouca integração entre os órgãos que atuam neste setor.

Íntegra do relatório <http://bit.ly/PoliticaBarragens>

Arolde de Oliveira pede verbas para tecnologia 5G

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) defendeu que o Brasil faça investimentos na tecnologia 5G de telefonia celular. No mês passado, o senador integrou uma comitiva de parlamentares brasileiros que participaram, em Barcelona, do Congresso Mundial de Telefonia Móvel.

— A quinta geração, 5G, não é um prosseguimento das outras gerações de comunicação celular. É um salto para um novo momento, com uma banda muito larga, de altíssima velocidade, capaz de atender às nossas necessidades.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanderlan cobra investimentos em energia limpa

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCTI), Vanderlan Cardoso (PP-GO) relatou na terça-feira viagem que fez em fevereiro a Portugal e Espanha, onde conheceu usinas de geração de energia solar e participou do Congresso Mundial de Telefonia Móvel. O senador chamou a atenção para os avanços nas usinas de energia termossolar, que aproveitam até 60% dos raios do sol, e os projetos de armazenamento de eletricidade a baixo custo. Ele criticou ainda o uso de usinas a gás e óleo no país.



Roque de Sá/Agência Senado